BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Janeiro – Fevereiro - Março- ISSN 2175-9103 Nº78

Boletim Número 78
Data: Janeiro – Fevereiro – Março/2018

EDITORIAL

O Boletim nº 78 oferece ao público leitor, nas colunas Em Foco, um balanço dos principais acontecimentos políticos ocorridos na América Latina no primeiro trimestre de 2018. O primeiro artigo da referida coluna traça um panorama acerca da conjuntura eleitoral latinoamericana, com destaque para o contexto do Brasil, México, Colômbia e Venezuela. Ressaltando o acirramento dos ânimos neste ano de eleição, o segundo artigo, assinado por Juan Villoro, versa sobre a vida de María de Jesús Patricio, conhecida como Marichuy, militante indígena que pleiteia candidatura independente a presidência do México. O artigo expõe as dificuldades de uma mulher, representante indígena, em um país marcado por mortes de lideranças de movimentos sociais e conflitos territoriais, além de indicar a reação violenta a esta candidatura independente, que até o momento não se consolidou por não obter direito de registro. O terceiro artigo indica o início da atuação das Forças Nacionais na fronteira entre Brasil e Venezuela perante o acirramento da crise migratória neste início de 2018. O quarto artigo traz a provocação de Woolfgang Leo Maar acerca da "contrarrevolução no Brasil", conceito do qual o autor se apropria para indicar a conjuntura de ataques à frágil democracia brasileira. Na coluna Espaço Aberto publicamos artigo de Leticia Tavares da Silva e Silva, Márcia dos Santos Muzi e Tiago Henrique Crispim Salvador, intitulado O "extermínio" dos direitos sociais na cultura política: vertentes do coronelismo na Baixada Fluminense. Os autores indicam a importância de analisar de maneira qualificada as chacinas frequentemente perpetradas na Baixada Fluminense, além de apontarem as interrelações entre forças do Estado, ilegalidade e disputas pelo controle do território. Ainda neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Larissa Costa Murad
Bolsista PNPD/ CAPES
Pesquisadora do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Um ano crucial para América Latina, com eleições no Brasil, no México e na Colômbia.

Um panorama das disputas presidenciais no continente, que ainda incluem voto na Venezuela

Por F. Marreiro, J. Lafuente & F. Manetto
02/01/2018

Para a América Latina, 2018 será um ano eleitoral de suma importância. Os dois gigantes da região, Brasil e México, realizarão eleições presidenciais, assim como a Colômbia, quarta economia regional. A Venezuela, protagonista de uma crise política em constante escalada, supostamente também deve convocar uma disputa

para presidente. E, em Cuba, Raúl Castro anunciou que este ano abandonará o poder. Veja o que está em jogo.

BRASIL

O Brasil celebra em 7 de outubro sua eleição mais importante e mais imprevisível desde 1989, quando ocorreu a primeira escolha nas urnas de um presidente após o fim da ditadura. A única coisa que se sabe com certeza é que a surpresa daquela eleição, o então líder metalúrgico esquerdista Luiz Inácio Lula da Silva, será também um protagonista da próxima disputa. Não se sabe se Lula, presidente por duas vezes pelo PT e agora recorrendo de uma condenação da Justiça, poderá ser candidato e se, caso não seja, terá, como líder das pesquisas até agora, força para galvanizar apoios em torno do nome que o substituir.

Do lado da centro-direita, também afetada pela Operação Lava Jato, tampouco o panorama é claro. O veterano governador de São Paulo, Geraldo Alckmim, do PSDB, caminha a passos largos para obter a candidatura do seu partido, mas ainda trabalha para obter apoios de mais siglas enquanto tenta vencer sua fragilidade nas pesquisas, especialmente no Nordeste. Há 24 anos no poder do principal Estado do país, tentará conjugar o sentimento anti-Lula com algum aceno de política social num país em que 70% do eleitorado tem renda familiar de até 2 salários mínimos. Não é tarefa fácil, já que parte do apoio entre investidores e empresários depende do endosso de Alckmin a indigestas reformas, como a da Previdência.

Sem falar que Alckmin - ou quem quer que ocupe seu lugar no espectro político- terá pela primeira vez um adversário não só à esquerda, mas também à direita. A novidade da eleição até o momento é o surgimento da candidatura isolada de extrema direita do deputado e militar reformado Jair Bolsonaro, que aparece em segundo lugar nas pesquisas baseada na pregação contra Lula e até na licença para matar para policiais, um discurso de apelo em um país onde a violência urbana alcança níveis alarmantes. Bolsonaro, por sua vez, terá de provar que sua força eleitoral, é sustentável e perene, o que a maioria dos analistas duvida.

Seja como for, na crise profunda de credibilidade da classe política atual, não se descarta que outsiders venham a surgir. No Brasil, o clichê repetido é que tudo só se define mesmo é na campanha da TV, nas quais os candidatos têm tempo gratuito para se vender aos eleitores de acordo com os apoios partidários que consigam obter. Na divisão do tempo na TV, até o apoio do PMDB, um partido à frente de um Governo com recorde de impopularidade, passa a ter peso. Esse panorama, argumentam, costuma cortar o voo de qualquer outsider. No entanto, com os últimos acontecimentos dentro e fora do país, pode ser que clichês tenham ficado sem validade. Essa será a primeira campanha em que os políticos poderão pagar por propaganda no Facebook, um passo com um potencial imenso e ainda difícil de medir.

Essa será a primeira campanha em que os políticos brasileiros poderão pagar por propaganda no Facebook, um potencial de influência imenso ainda difícil de medir

O calendário eleitoral já começará, na prática, com tudo neste janeiro. O ano começará com mais um capítulo da novela jurídica de Lula, acusado de ter obtido ganhos pessoais ilícitos como contrapartida por supostamente ter facilitado contratos públicos. Lula já foi condenado em uma das ações pelo juiz Sergio Moro. No dia 24 de janeiro, um tribunal superior vai julgar se confirma ou não a pena. Tudo leva a crer que o ex-presidente deve, sim, ser considerado culpado de novo, o que pela lei que visa tirar os corruptos da política o impediria de concorrer. Ainda assim, resta um longo caminho de contestações judiciais até o Supremo Tribunal Federal e o PT já declarou que vai até o fim para manter Lula na corrida.

Não é uma questão menor: Lula, símbolo de uma era de ouro especialmente para os brasileiros mais pobres, é o favorito isolado nas mais recentes pesquisas, ainda que descontada a efetividade deste tipo de levantamento tantos meses antes das urnas. O instituto Datafolha, de São Paulo, estima que 38% dos eleitores como “lulistas” mais ou menos dispostos a seguir sua indicação. Sem ele na disputa, cresce, por ora, a fatia de brancos e nulos, abrindo ainda mais o campo das incertezas.

MÉXICO

Em 1.o de julho, o México realizará uma eleição presidencial imerso num contexto profundamente difícil. Seis anos atrás, o presidente Enrique Peña Nieto dava ensejo um sexênio de esperança, com uma série de

reformas obtidas com o consenso da maioria das forças políticas. Mas a segunda parte do mandato prejudicou – e, em algumas ocasiões, solapou – a imagem do país. Os casos de corrupção atingem continuamente o círculo mais próximo de Peña Nieto e, inclusive, o governante Partido Revolucionário Institucional (PRI). Além disso, a violência tingiu o país de sangue como nunca antes. Ante a ausência de dados oficiais para dezembro, tudo indica que 2017 será o ano mais violento desde que existem registros.

A batalha para suceder Peña Nieto já começou. A campanha eleitoral se anuncia com hostilidades, mais brutal do que nunca e com um possível cenário até agora inédito: três candidatos chegando com chance de vitória até o último momento. Tudo isso em plena renegociação do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos e o Canadá e com a sombra de Donald Trump vindo do norte.

O líder em todas as pesquisas continua sendo Andrés Manuel López Obrador, duas vezes candidato, líder do Movimento de Regeneração Nacional (Morena), um partido que criou à sua imagem e semelhança quando abandonou o PRD no início deste sexênio. Esta será a última vez – segundo ele – que López Obrador tentará chegar à presidência, que perdeu em 2006 por meio ponto para Felipe Calderón. O líder do Morena continua transmitindo uma imagem negativa para um amplo espectro do eleitorado, que o considera uma ameaça para o país – o que vem impedindo que desponte nas pesquisas.

E se alguém tem uma imagem ruim no México atual é o PRI, que, para solucionar seu desgaste, optou por ter como candidato alguém que não milita no partido, embora tenha pedido ao PRI que o faça "seu": José Antonio Meade. Ex-secretário da Fazenda e único membro do Gabinete de Peña Nieto que esteve no anterior de Felipe Calderón, Meade é a aposta do partido tricolor para se manter no poder, do qual, em 90 anos de história, só esteve longe apenas entre 2000 e 2012.

Como alternativa ao partido considerado "da corrupção" e à ameaça do suposto populismo, apresenta-se Ricardo Anaya, que até semanas atrás era presidente do Partido Ação Nacional (PAN), a tradicional formação opositora do México. Ele lidera a candidatura que seu partido cristalizou ao lado do progressista PRD e do Movimento Cidadão – uma amálgama com muitas divisões ideológicas que, no entanto, podem se consolidar nesta época em que preponderam as emoções.

A batalha no México pelo cargo de Peña Neto já está em marcha. O líder em todas as pesquisas continua sendo o duas vezes candidato Andrés Manuel López Obrador

Enquanto o país espera para ver quantos candidatos independentes poderão participar da batalha final – só Jaime Rodríguez El Bronco e Margarita Zavala, esposa do ex-presidente Calderón, parecem ter lugar garantido –, a única certeza é que os desafios do próximo mandatário do México serão enormes. Além de conter a hemorragia da corrupção e da violência, ele deverá articular, pela primeira vez na história moderna do país, um sistema de Justiça independente que coloque um freio na impunidade galopante.

COLÔMBIA

Em maio de 2018, a Colômbia realiza eleições presidenciais das quais dependerá, em boa medida, a consolidação do processo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), após o acordo selado em novembro de 2016 pelo Governo de Juan Manuel Santos. O mandatário deixa o cargo após duas legislaturas que deram fim ao conflito armado com a guerrilha mais antiga da América Latina e lhe valeram o Prêmio Nobel da Paz, mas motivaram uma dura oposição de boa parte da sociedade, incentivada por seu antecessor, o ex-presidente Álvaro Uribe.

A partir deste ano, os ex-combatentes terão uma representação garantida no Parlamento – uma das cláusulas dos acordos de paz –, e seu máximo líder, Rodrigo Londoño, "Timochenko", pretende disputar com os candidatos dos partidos tradicionais. Com esse horizonte, em meio a um clima de elevada polarização social, o país andino atravessa sua transição depois de meio século de guerra. Essa transformação vai repercutir na economia, na arquitetura institucional, na luta contra o narcotráfico, na insegurança que ainda persiste nas zonas rurais e nos principais aspectos da convivência. O próximo chefe de Governo será o encarregado de pilotar essa etapa.

Depois de mais de um ano de pré-campanha, a corrida eleitoral começa a se definir em torno de seis nomes, representantes das principais famílias políticas. As pesquisas projetam um panorama muito fragmentado, com um embate entre quem apoia e quem rechaça os acordos de paz, e a necessidade de formar alianças, no

primeiro ou segundo turno ou até antes das eleições legislativas convocadas para maio. Sergio Fajardo, ex-prefeito de Medellín e antigo governador do departamento de Antioquia, encabeça a maioria das pesquisas. Defende a reconciliação do país como prioridade social e evita os rótulos ideológicos. No entanto, disputará com a líder do Partido Verde, Claudia López, e o progressista Polo Democrático, de Jorge Enrique Robledo, sob as siglas da Coalizão Colômbia.

No espectro mais conservador se destacam três figuras: Germán Vargas Lleras, Iván Duque e Marta Lucía Ramírez. O primeiro, dirigente da Mudança Radical, foi vice-presidente de Santos até março de 2016. Duque é o aspirante do Centro Democrático, a legenda de Uribe, mas depois do acordo alcançado por este com o também ex-presidente Andrés Pastrana terá que medir apoios com Ramírez, do Partido Conservador e ex-ministra.

O ex-prefeito de Bogotá Gustavo Petro, que em um sistema político tradicional ocuparia um espaço marcadamente de esquerda, aparece também, por ora, entre os favoritos. Mas seu movimento teria de buscar o apoio de outros setores e não descarta a possibilidade de tentar envolver Humberto de la Calle, mas o candidato do Partido Liberal tem se mostrado cauteloso com relação a seus planos. De la Calle foi chefe da equipe negociadora do Governo com as FARC, é advogado e tem uma extensa carreira política –foi vice-presidente de Ernesto Samper há duas décadas. Seu projeto político busca reduzir o clima de crescente indignação dos colombianos e a desconfiança nas instituições com um programa taxativo contra a corrupção.

A Colômbia está em transição depois de meio século de guerra. Essa transformação vai repercutir na economia, na arquitetura institucional, na luta contra o narcotráfico, na insegurança que ainda persiste nas zonas rurais

VENEZUELA

A Venezuela acaba de encerrar um dos anos mais sombrios de sua história recente. O regime de Nicolás Maduro jogou por terra os últimos recursos que permitiam a existência de um contrapoder na vida pública do país. Desmantelou o Parlamento eleito em dezembro de 2015, de maioria oposicionista, e convocou a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, uma câmara sem representantes críticos ao chavismo que se transformou em um mero braço executor do Poder Executivo. A oposição rejeitou participar dessas eleições, realizadas em julho, disputou as eleições regionais –em que denunciou fraude– e se dividiu nas municipais, no último trimestre. Houve quatro meses de protestos de rua ininterruptos que deixaram mais de 120 mortos. A tendência hiperinflacionária, a incompetente gestão da política monetária, a repressão, a corrupção e o afundamento da petroleira estatal, a PDVSA, coroam esse dramático panorama.

As eleições na Venezuela serão vitais para a reativação da coalizão opositora MUD, que atravessa um de seus piores momentos, marcada por tensões internas e divisões

O país deveria realizar eleições presidências este ano. Maduro já manifestou sua intenção de optar pela reeleição. No entanto, ameaçou fazer isso em condições de abririam o caminho para sua perpetuação no poder, a eliminação da oposição e a consolidação do autoritarismo. O sucessor de Hugo Chávez pretende punir os partidos majoritários da coalizão oposicionista Mesa da Unidade Democrática (MUD) por boicotarem as eleições de prefeitos. O mandatário aproveitou esta circunstância para intimidar os partidos de seus principais adversários (Vontade popular, de Leopoldo López; Primeiro Justiça, de Henrique Capriles; e Ação Democrática, de Henri Ramos Allup) e adverti-los de que não poderão apresentar candidatos. Dias depois, a Assembleia Constituinte deu o primeiro passo para a proibição dessas legendas, que por ora se traduz em obstáculos administrativos.

Se Maduro cumprir sua ameaça, não só converterá a realização das eleições em uma farsa, mas dinamitará de modo irreversível as últimas tentativas de diálogo, que depois de repetidos fracassos vem sendo mantidas há alguns meses na República Dominicana. Além disso, contribuiria para incrementar a pressão da comunidade internacional, sobretudo dos Estados Unidos, dos países vizinhos e da União Europeia. As conversações com a oposição foram acompanhadas em 2017 de gestos que a MUD considera insuficientes, como a libertação de alguns presos políticos ou a concessão da prisão domiciliar a Leopoldo López.

No entanto, a convocação de eleições presidenciais constitui a principal reivindicação há anos. Essa votação é vital para a reativação da Mesa, que atravessa um de seus piores momentos, marcado por tensões internas e divisões. Na semana passada a coalizão admitiu em um comunicado “graves erros e omissões” e se

comprometeu a recuperar a unidade e a eleger um candidato único para as próximas eleições, que ainda não têm data.

Link: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/01/internacional/1514806043_746437.html?rel=mas

Em Foco II

Prohibido votar por una indígena

María de Jesús Patricio no obtuvo el registro como candidata independiente a la presidencia de México. Sin embargo, la causa a favor de grupos minoritarios y contra la discriminación seguirá su camino para cambiar el país.

Por Juan Villoro*

24/02/2018

CIUDAD DE MÉXICO — El 14 de febrero una camioneta recorría el desierto de Vizcaíno en Baja California Sur. Daban las 3:30 de la tarde, después del almuerzo, bajo un calor intenso, en la Carretera Federal 1, que carece de curvas y adormece peligrosamente. Todo conspiraba a favor del riesgo, pero la caravana no podía detenerse.

En octubre de 2017, la indígena María de Jesús Patricio, conocida como Marichuy, inició su campaña para convertirse en candidata independiente a la presidencia, respaldada por el Concejo Indígena de Gobierno. Durante cuatro meses visitó los más diversos rincones del país para escuchar a sesenta etnias que carecen de representación en la política mexicana. Se suele pensar que los indígenas representan un bloque monolítico, con idénticas costumbres y creencias; en realidad, se trata de un mosaico multicultural que responde a realidades y proyectos diferentes. Para obtener la candidatura, Marichuy debía lograr antes algo más difícil: unir a las comunidades en objetivos comunes.

El jueves 14 avanzaba en las precarias condiciones que la acompañaron en todos los caminos. Si los políticos viajan en aviones y camionetas blindadas, Marichuy se sometía a trayectos extenuantes y se adentraba en regiones inhóspitas (el 20 de enero el coche de prensa que la acompañaba fue asaltado en Michoacán por una banda del crimen organizado). A cinco días de que venciera el plazo para lograr el registro como candidata independiente, la vocera hacía proselitismo en una de las regiones menos pobladas del país. No apostaba por el pragmatismo electorero, sino por acercarse a los más apartados.

Bajo el denso sol de la tarde, la camioneta abandonó la carretera y volcó en la tierra donde crecen los huizaches. En el accidente murió Eloísa Vega Castro, de la red de apoyo a los pueblos indígenas. Varios tripulantes quedaron heridos y Marichuy sufrió la fractura de un brazo y tuvo que ser operada. Pasaron cerca de doce horas hasta que los heridos llegaron al Hospital Juan María de Salvatierra, en La Paz.

En respuesta a la doble exclusión que representa ser india en un país patriarcal, Marichuy habla en los actos después de que hablen otras mujeres.

El 15 de febrero la candidata indígena acaparó las portadas de todos los periódicos. Un impacto de muerte recibió la atención que no se le había prestado a sus ideas.

La ausencia está presente

La historia de María de Jesús Patricio Martínez se escribe como una serie de rupturas. Nacida en la región nahua de Tuxpan, Jalisco, hace 54 años, Marichuy trabajó la tierra desde niña en condiciones de explotación medievales. A los 12 años, impulsó a su padre a protestar. Recibieron más maíz, pero al siguiente año se quedaron sin tierra.

Su padre gastaba el poco dinero disponible en alcohol y la madre le pidió que fuera a vender semillas de calabaza a la vecina Ciudad Guzmán. Con sus exiguas ganancias, lograba que sus hermanos comieran.

Marichuy estaba destinada a cultivar el campo y encontrar marido. Su padre le prohibió que cursara la secundaria y la preparatoria; ella estudió a escondidas y se convirtió en experta en medicina natural. Hoy pertenece al cuerpo académico de la Universidad de Guadalajara. Una de sus pacientes más conocidas es su madre, que durante tres años estuvo paralizada de la cintura para abajo. Marichuy la trató con fomentos hasta que logró que caminara.

Sus rupturas también han tendido componentes culturales y de género. Fue la primera mujer en participar en Tuxpan en el baile de Los Sonajeros, ritual para pedir que llueva. En respuesta a la doble exclusión que representa ser india en un país patriarcal, Marichuy habla en los actos después de que hablen otras mujeres.

Cuando se presentó en el campus de la UNAM una pancarta decía: "Venimos a hablar de lo imposible, porque de lo posible se ha dicho demasiado".

Democracia para ricos

Por primera vez, México tendrá candidatos independientes a la presidencia en las elecciones del 1 de julio de 2018. Sin embargo, esta oportunidad "histórica" llega precedida de irregularidades. Los partidos crearon requisitos restrictivos para garantizar que solo participen los profesionales de la política. Para registrar una candidatura independiente, se requieren 866.593 mil firmas y alcanzar el uno por ciento del padrón electoral en al menos diecisiete estados. En otras palabras: ser "independiente" es el plan B de quienes no fueron nominados por sus partidos.

El 19 de febrero Marichuy no obtuvo el registro, luego de una campaña sin otro apoyo que la solidaridad de los simpatizantes. Quienes sí lo obtuvieron provienen de las instituciones políticas de siempre: Jaime Rodríguez, el Bronco, del PRI; Armando Ríos Piter del PRD, y Margarita Zavala del PAN. Como gobernador de Nuevo León, se presume que el Bronco dispuso de recursos públicos y Margarita Zavala contó con el apoyo de su marido, el expresidente Felipe Calderón.

Defender la tierra de la que fueron despojadas las comunidades originarias significa defender la biodiversidad y la soberanía misma. Por eso Marichuy señala que en un país acosado por la muerte su lucha es por la vida.

Para dificultar más el acceso a la ciudadanía, el Instituto Nacional Electoral exigió que las firmas fueran recaudadas a través de una aplicación que se descarga en teléfonos celulares de gama media. Los aparatos tienen un costo de más de tres salarios mínimos, suma inalcanzable para buena parte de la población. Además, muchas regiones carecen no solo de conectividad, sino de luz eléctrica.

La democracia "celular" que excluye a los pobres permite establecer una regla de tres: 1) Marichuy se opone a la discriminación. 2) En respuesta, recibe un recurso discriminatorio. 3) La importancia de su lucha se confirma.

Durante cuatro meses, en plazas, parques, universidades y estaciones del metro aparecieron voluntarios dispuestos a recabar firmas para Marichuy. Actores y artistas hicieron videos para promover su causa; los grupos de rock Panteón Rococó, Caifanes y Café Tacvba la apoyaron en sus conciertos; fotógrafos y artistas plásticos crearon carteles y camisetas con los lemas "Nunca más un México sin los pueblos indígenas" y "Firma por Marichuy, vota por quien quieras". Se promovía la inclusión, más allá de que por ideología o pragmatismo se apoyara a otro candidato en las elecciones de julio.

Ríos Piter, Zavala y el Bronco contrataron promotores que recogían firmas en oficinas, sindicatos y ventanillas donde se pagan sueldos. Esta operación corporativa no estuvo exenta de trampas (con incorregible cinismo, el Bronco las llamó "travesuras"). A Margarita Zavala le aprobaron el 66,37 por ciento de las firmas, a Ríos Piter el 64,83 por ciento y al Bronco el 58,75 por ciento. Para medir el tamaño de la picaresca y el engaño conviene revisar el extraño caso del candidato independiente Édgar Ulises Portillo Figueroa, al que se le aceptaron el 2,63 por ciento de las firmas. En cambio, el 93,20 por ciento de las firmas para Marichuy fueron válidas, la cuota más alta de honestidad.

La vocera indígena logró más de 280 mil firmas, el 30 por ciento de lo requerido para participar en las elecciones. Su causa adquirió enorme visibilidad, no solo entre los indígenas, sino entre la generación digital (de enero a febrero, la página de Facebook Su Voz Es Mi Voz tuvo 450 mil visitas).

La niña que vendía semillas

Los retos de Marichuy parecen infranqueables, pero los acepta con aplomo. Sonríe con facilidad ante los chistes y disfruta las anécdotas ajenas. Rara vez toma la palabra con prontitud. En la escuela, participaba en las actividades colectivas, pero no le gustaba exponer ante el pizarrón. Sin ser tímida, es reservada. Su liderazgo depende más de la escucha que del habla. Esto revela la forma en que las comunidades indígenas establecen consensos para elegir representantes. Si alguien levanta la mano para encomiar sus virtudes, no pertenece al colectivo. El liderazgo no es una iniciativa individual, sino una encomienda de los otros.

Marichuy comenta que no deseaba tener la responsabilidad que le ha sido conferida, pero no pretende rehuirla. Su sinceridad se desmarca de la demagogia de los políticos que traicionan hoy lo que dijeron ayer.

¿Qué alcance pueden tener sus ideas? En tiempos de la Revolución mexicana, el 20 por ciento de la población vivía en las ciudades. Esa proporción se ha invertido. Para quien nace en el campo las esperanzas quedan lejos, en Estados Unidos.

El mundo rural se ha convertido en un escenario que pone en entredicho la soberanía: fosas comunes, pistas clandestinas de aterrizaje, escondites para el narcotráfico. ¿Quiénes son los dueños de esa parte vacía del país? Las bandas criminales y las corporaciones que se apoderan de los recursos naturales.

Defender la tierra de la que fueron despojadas las comunidades originarias significa defender la biodiversidad y la soberanía misma. Por eso Marichuy señala que en un país acosado por la muerte su lucha es por la vida.

El 14 de febrero una camioneta perdió el rumbo en las soledades de Vizcaíno. Más allá de los plazos impuestos por los partidos políticos, que confunden la democracia con el consumo, la caravana indígena seguirá su camino, dispuesta a cambiar el país desde un activismo que entiende que para los grupos minoritarios la lucha cotidiana y la presión a las instituciones son más eficaces que la contienda electoral.

En un entorno donde los vivos carecen de oportunidad, se suelen depositar exageradas esperanzas en quienes pueden intervenir desde el más allá. “Salgan, salgan, salgan, ánimas de penas”, escribió Juan Rulfo.

Los que no están, tienen su propia forma de volver.

**Juan Villoro (@JuanVilloro56) es escritor y periodista. Su libro más reciente es ´La utilidad del deseo".*

Link: https://www.nytimes.com/es/2018/02/24/opinion-villoro-marichuy/

Em Foco III

Força Nacional começa a atuar na fronteira entre Brasil e Venezuela

Tropa está em Pacaraima, cidade na fronteira com a Venezuela. Agentes fazem fiscalização junto com a PF na BR-174, que liga os dois países.

Por Emily Costa
19/02/2018

A Força Nacional de Segurança começou a atuar em Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela, nesta segunda-feira (19). Os 32 agentes da tropa federal enviados à região vão reforçar, principalmente, a faixa de fronteira entre os dois países.

Pela manhã, agentes da Força Nacional e da Polícia Federal montaram uma fiscalização na BR-174, que liga o Brasil à Venezuela. Eles pararam e revistaram veículos que passavam pela rodovia. Até então, esse tipo de abordagem não era comum.

De acordo com o Ministério da Justiça, a atuação da tropa será sempre em auxílio à PF tanto na cidade de Pacaraima quanto na faixa de fronteira, que é o principal foco do reforço.

Os agentes da Força Nacional chegaram ao município na última quarta-feira (14), dois dias depois do presidente Michel Temer anunciar em Boa Vista uma série de medidas para lidar com o intenso fluxo migratório venezuelano.

Nos primeiros 45 dias de 2018, mais de 18 mil venezuelanos cruzaram a fronteira do estado, e 3.445 fizeram o caminho inverso. O dado, no entanto, não é preciso para mostrar quantos imigrantes estão na cidade porque um mesmo venezuelano pode ter cruzado a fronteira mais de uma vez.

Roraima lida desde 2015 com a chegada desenfreada de venezuelanos, cujo êxodo é motivado pela crise política, econômica e social do país. Em 2017, foram registrados 17.130 pedidos de refúgio pela Polícia Federal.

Juliano Torquato (PRB), prefeito de Pacaraima, diz que atuação da Força Nacional é bem vinda no município que é diretamente impactado pelo fluxo de imigrantes.

Torquato acredita que o reforço irá coibir a violência e os índices crescentes de criminalidade no município, que já decretou estado de calamidade pública.

“O fluxo diário é recorrente de 500 ou 600 pessoas ali na fronteira e o nosso efetivo da PM fica em torno de 40 homens […] queremos que dê uma acalmada na cidade, porque o nosso problema é com a insegurança”.

A atuação da Força Nacional na fronteira faz parte de uma força-tarefa que prevê também o efetivo dobrado de militares do Exército na fronteira. Atualmente, segundo o comandante do Exército em Roraima, general Gustavo Dutra, há 120 homens em Pacaraima no pelotão especial.

Outras ações de segurança e ajuda humanitária estão previstas para iniciar na semana que vem, segundo Dutra. O trabalho depende de uma reunião entre o Exército e os ministérios da Justiça e Saúde, prevista para ocorrer nesta quinta (22), em Pacaraima.

Venezuelanos no Brasil

O venezuelanos que cruzam a fronteira por Roraima fogem da fome, falta de emprego, hiperinflação e da instabilidade política no país governado por Nicolás Maduro. Três dos quatro abrigos do estado estão lotados, há milhares de venezuelanos em situação de rua e muitos dividindo casas alugadas. Em dezembro, o estado decretou situação de emergência.

De acordo com dados da prefeitura de Boa Vista, 40 mil venezuelanos vivem hoje na cidade, o que representa mais de 10% dos 330 mil habitantes da capital.

Em vista a Boa Vista no dia 8 de janeiro, ministro da Defesa Raul Jungmann classificou como preocupante a situação dos venezuelanos que vivem na praça Simón Bolívar, zona Oeste de Boa Vista, e disse que a situação "choca muito".

A imigração impacta ainda os serviços de saúde e educação, que estão sobrecarregados, segundo as autoridades locais.

A situação de 'vulnerabilidade' de Roraima em razão do fluxo migratório foi reconhecida pelo governo federal por meio de uma medida provisória que prevê ações de assistência emergenciais para imigrantes venezuelanos no estado.

Link: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/forca-nacional-comeca-a-atuar-na-fronteira-entre-brasil-e-venezuela.ghtml

Em Foco IV

Wolfgang Leo Maar: a contrarrevolução no Brasil*

Por: Le Monde Diplomtique

14/03/2018

Está em curso no Brasil um movimento contrarrevolucionário, contra a sociedade democrática. Não é um movimento contra uma “revolução”, mas um movimento em moldes “revolucionários” – revolução não é necessariamente de esquerda! – que recorre à ruptura e não exclui o uso da violência.

A contrarrevolução é preventiva: volta-se contra mudanças democráticas, pacíficas e ordeiras, representadas pelos governos eleitos do PT, que colocaram em xeque os interesses oligárquicos. É mais perene e danosa do que um golpe, por deixar em seu rastro a formação de hábitos, de práticas consolidadas na cultura do país. E como sempre lembra o ex-presidente do Uruguai José Mujica, muito mais difícil do que mudar a realidade é mudar a cultura.

Ao contrário de um discurso propagado com frequência pela grande imprensa, mas também por instituições, entre as quais alguns setores do Judiciário e da polícia, as classes perigosas e promotoras da desordem não são as dos contingentes populares e de trabalhadores, seus partidos e organizações, mas justamente aquelas classes presentes na oligarquia.

A violência da luta de classes no Brasil instala-se por meio da classe dominante. A oligarquia do capitalismo brasileiro é muito perigosa, haja vista que, por suas práticas, demonstradas agora sobejamente, faz mal à saúde, à educação, às eleições, ao emprego, à justiça, à soberania nacional, à nossa integridade física, às nossas reservas naturais, ao nosso futuro… A classe capitalista brasileira não vacila no recurso à violência quando julga que seu poder oligárquico é ameaçado por práticas democráticas e pacíficas.

Há pouco mais de uma década houve uma disputa eleitoral democrática no Brasil. A eleição conduziu ao poder novas práticas sociais que operaram uma transformação na sociedade brasileira e facultaram um progressivo despertar da consciência nacional acerca da desigualdade em largas camadas da população, e assim possibilitaram um deslocamento das condições de reprodução do poder oligárquico.

Pela visão oligárquica, colocaram-se em risco os interesses do capitalismo no país. Sob o manto de aparente estabilidade nas práticas sociopolíticas, econômicas e, sobretudo, culturais da coligação de forças nacional e internacional que a sustenta, as oligarquias têm muita resiliência, derivada de costumes erguidos em raízes firmes desde os primórdios deste país com a nome de commodities, estabelecido como colônia de exploração comercial e que evoluiu com base na mais longeva ordem social escravocrata do planeta.

O resultado é uma socialização capitalista que se pode denominar “semissociedade”: um ordenamento econômico válido para todos, chamado “mercado”, que faz as vezes de uma sociedade dotada de direitos e participação, mas só para uma restrita faixa da população. Ou seja, uma situação de enorme desigualdade econômica, social e política, apoiada em intolerância cultural e violência institucional repressiva, tudo junto e misturado com um minguado senso público e de solidariedade a conviver num extremado individualismo.

Essa situação, muito favorável à consolidação do neoliberalismo, evidencia que o que se apresenta como capitalismo no Brasil é incompatível com práticas democráticas, participativas e públicas. Justamente essas práticas democráticas constituem o alvo da contrarrevolução para estancar comportamentos sociais que questionam as barreiras que mantêm o poder restrito à “panela” dos sócios oligárquicos.

Pela primeira e única vez em nossa história, nos governos do PT, houve uma – imperdoável, donde o ódio despertado e o golpe realizado – disputa de poder real, em que se enfrentou o olhar oligárquico. As novas práticas não são ideias ou projetos, conflitos ou manifestações isoladas, mas práticas que, por serem sociais, são também políticas, econômicas, culturais, com consequências no ethos, nos hábitos que moldam o processo de reprodução da sociedade brasileira. Essas práticas implicam a configuração de novos nexos de coesão social, contraditórios em relação aos laços tradicionais, que pareciam estabilizados sob o poder dos interesses capitalistas, isto é, no seio da oligarquia nacional e suas ramificações internacionais.

Não são, de um lado, as práticas utópicas de uma esquerda revoltada, desprovida de base para ameaçar o poder, nem, de outro, as práticas de uma esquerda adaptada, que aceita o poder em vigor ao reivindicar a participação em sua gestão. Ambas dispensariam a oligarquia do recurso à contrarrevolução.

O que se tornou intolerável são práticas de esquerda que atingem o âmbito macropolítico nacional, por meio de sua articulação com micropolíticas. Estas são de inclusão pela educação, de combate à miséria, de cotas raciais e de gênero, de tolerância à diversidade, de ampliação da cobertura da saúde, de cobertura de serviços públicos, de inserção habitacional, de consultas com participação popular na elaboração de políticas, de valorização do salário mínimo, de reforço da formalização das relações no mundo do trabalho etc.

Essas novas práticas, ao ampliarem a concepção pública dos bens comuns para contemplar a totalidade da população, colocam em xeque os interesses representados no Estado oligárquico. Os beneficiários deste, mediante suas práticas sociais seculares, formularam sua própria concepção privada dos bens comuns nacionais, isto é, dos direitos que os brasileiros mereceriam usufruir. Agora se encontram atemorizados diante da existência, ainda que não consolidada e em construção, de práticas inclusivas e universalizáveis de bens comuns, apreendidos como públicos por parcela majoritária da população pobre e trabalhadora.

Essas novas práticas, de natureza democrática, denunciam que a parcela excluída por sua desigualdade de condições não nasce desigual, mas é construída em sua desigualdade na ordem do “mercado”, usurpador da sociedade dos iguais por ação do direito oligárquico. Agora esse controle oligárquico é ameaçado em sua continuidade pelas contradições sociais geradas pela produção da desigualdade.

A contrarrevolução, posta em movimento para realizar os interesses da oligarquia capitalista, precisa contrariar essas práticas democráticas. Foi assim que a oligarquia parlamentar impôs e a oligarquia jurídica chancelou o golpe, a contrarreforma trabalhista, a destruição das verbas públicas para saúde, educação, ciência, habitação etc.

No entanto, a contrarrevolução, mediante o exercício cotidiano de contrapráticas antidemocráticas, propõe-se a converter estas últimas em hábitos geradores de coesão social dirigida à sustentação da oligarquia – contrapráticas que não excluem o recurso à violência, seja ela material, simbólica ou de perda da equidade na justiça. É um caldo de cultura política protofascista.

Essas práticas antidemocráticas, porém, não conseguem se impor diretamente; exigem mediações. O melhor exemplo é a equivocada condenação do ex-presidente Lula. Ela se insere em uma semidemocracia que, erigida como "sociedade do espetáculo", leva ao proscênio da opinião pública a "justiça" de uma pretensa política de probidade anticorrupção, enquanto, longe das vistas, a ordem do mercado continua em operação, com sua parcialidade capitalista.

A oligarquia, apesar de sua consolidada estrutura de dominação nas relações capital-trabalho, atentou ao risco de deixar de ser classe dirigente na sociedade, até porque nem sequer consegue dirigir a produção nacional. Sua condução da política nacional seria questionada pelas novas práticas de uma "revolução pacífica", democrática e antioligárquica, inclusiva e participativa, dotada do efeito de reanimar a economia do país.

Transformações sociais envolvendo grandes contingentes populares – entre um quarto e um quinto da população – geraram novos nexos de reconhecimento mútuo e novos vínculos com as instituições e os processos sociais. Aqui se inclui a crescente consciência de direitos sociais em relação aos efeitos decorrentes da desigualdade causada pela privatização de políticas ligadas à economia especulativa e predatória dominante.

A democracia já não constitui só um ideal a ser conquistado, mas é construída por práticas realizadas em políticas públicas diversificadas e abrangentes. Não foi somente a democracia que se apresentou em sua idealidade à sociedade. Foi também a sociedade, em grandes contingentes, que se moveu em direção aos direitos, à ideia de democracia. A democracia já não é só uma ideia fora do lugar, alheia e deslocada da vida real, como eram as ideias liberais na ordem escravista, conforme expos Roberto Schwarz. Novas ligas de brasileiros, de natureza diversa e plural, misturados nas universidades, nas redes sociais, nas manifestações culturais, em ambientes de trabalho etc. vieram para ficar, porque, graças a esses contextos, os direitos – e com eles a ideia de democracia – conseguem ser praticados concretamente. No entanto, como lembrava Antonio Candido, a democracia é muito trabalhosa. Além de ser uma prática constante, demanda uma perseverante formação cultural para firmar sua própria concepção de sociedade. A perda de terreno pode ser rápida…

A oligarquia amedrontada associou-se com interesses internacionais contrários à nossa soberania que lhe permitiram somar forças para uma contrarrevolução antidemocrática de natureza preventiva. Seu objetivo é evitar que as contradições da desigualdade e da exclusão que ela própria gera continuem a se converter em força política adversa à sua continuidade. Para tanto necessita garantir a continuidade da cultura social e institucional.

Se até há pouco o Brasil se caracterizou como um Estado de direito aberto à democracia, hoje se volta a passos largos rumo a um Estado de direito oligárquico. Não se trata de um jogo de palavras; há uma mudança profunda acerca do que é Estado, sociedade e racionalidade social.

No plano oligárquico, o centro do poder soberano e público, o Estado, limita-se a ser detentor do monopólio da violência. A sociedade é "o mercado", bastando para essa constatação acompanhar o zelo com que a grande mídia tradicional reconstrói diariamente essa pretensa identidade entre ordem econômica e sociedade. Práticas sociais, como eleições, inclusão social, direitos humanos, debates públicos, são fatores de perturbação da lógica social mercantil. "Social" significa aqui apenas um coletivo de indivíduos privados, e não uma concepção de totalidade pública. Não seria outro o motivo da famosa proclamação de Margaret Thatcher, recentemente lembrada por Geraldo Alckmin: "Isso que chamamos sociedade não existe; há somente famílias e indivíduos". Temem uma sociedade em que a direção do todo pode ser outra, diversa e contrária àquela consolidada na socialização capitalista em vigor.

Se à mídia compete a construção de uma noção de sociedade oligárquica e de seus agentes, à justiça oligárquica cabe um papel decisivo na produção do poder de direção social. Cabe a ela evitar que os direitos universais, praticados na sociedade igualitária, contaminem o adequado funcionamento dos agentes do mercado na produção da desigualdade. Está em causa garantir a operacionalidade da socialização conforme a racionalidade imposta no sentido oligárquico.

A lei e a jurisprudência são, por si mesmas, uma concretização prática da direção legal universal a que deve se submeter a totalidade do contexto social. A rigor, ao "judicializar" o plano político, o Estado é adequado à direção necessária para a continuidade do poder nos moldes oligárquicos existentes. A não política resultante da "judicialização" é a política congelada na situação em que se encontra e desfalcada de sua própria identidade.

É muito nítido o trânsito de um "Estado de direito" democrático, embora com uma oligarquia dominante, para um semidemocrático Estado de "direito oligárquico". Nessa reconstrução, a própria natureza do "social" é submetida a uma

mudança estrutural. Os "bens comuns públicos", que a rigor incluem participação e decisão do público, passam a ser bens comuns dotados de "publicidade". Em substituição ao caráter público do social na sociedade, que reincide praticamente sobre esta, convertendo-a em formação viva, instala-se mediante a "publicidade" um sucedâneo dessa dimensão do que é público, agora reduzido à exposição pública do existente partilhado passivamente. É o que ocorre nas redes sociais, que parecem substituir o social, embora apenas o confirmem em seu formato vigente. Mas o "horror thatcheriano", a sociedade, existe e é uma realidade prática, efetiva. Nela a diferença em relação aos comportamentos derivados da lógica de mercado está na ordem do dia por incluir a democracia.

A diversidade, por exemplo, impõe-se por cima dos critérios mercantis; de outra parte, a intolerância reinante no individualismo do mercado neoliberal precisa ocultar permanentemente sua afinidade com os privilégios econômicos. As interações no "mundo digital", que pareciam restringir-se inteiramente às relações no plano de indivíduos e famílias, apenas reforçando certas posições tomadas de antemão e obstruindo seu debate real na sociedade, mais e mais convertem-se em meios a serem usados nas interações efetivamente sociais.

Apenas em sociedade os seres humanos conseguem se individualizar. Em uma ordem mercantil capitalista, quando muito são alçados à condição de vendedores, compradores ou mercadorias. Aprofundar a exposição e as práticas públicas democráticas na sociedade, em suas instituições e organizações, constitui o único antídoto à contrarrevolução antidemocrática e aos seus agentes no mercado, no parlamento, na grande imprensa e na justiça oligárquicos. Assim será possível resistir às suas imposições e ampliar as contradições que elas geram.

*Wolfgang Leo Maar é professor titular de Ética e Filosofia Política da Universidade Federal de São Carlos e pesquisador do Cenedic da FFLCH-USP.

Link: https://fpabramo.org.br/2018/03/14/wolfgang-leo-maar-contrarrevolucao-no-brasil/

Espaço Aberto I

O "extermínio" dos direitos sociais na cultura política: vertentes do coronelismo na Baixada Fluminense

Letícia Tavares da Silva e Silva[1]
Márcia dos Santos Muzi[2]
Tiago Henrique Crispim Salvador[3]

A Baixada Fluminense faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, e compreende os Municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica, sendo parte destes municípios desmembramentos do município de Nova Iguaçu.

Antes da Ditadura Militar governos personalistas geriam estas terras; um dos maiores exemplos é a figura de Tenório Cavalcante, "O homem da capa preta", que andava em companhia de "Lurdinha",[4] vereador pelo município de Nova Iguaçu nos anos de 1940 e deputado federal na década de 1950. Tenório tinha até um jornal próprio, "Luta Democrática", e foi prefeito do munícipio de Duque de Caxias. Apesar da fama de violento, tinha um fiel eleitorado, os seus "compadres", pessoas que recebiam favores seus. Como deputado federal conseguiu trazer melhorias para a baixada, porem seu "império" perdeu forças com a chegada do interventor federal Albino, já durante o Regime Militar.

É importante enfatizarmos que em momentos de consolidação política da dinâmica de forças industriais na reorganização do espaço Fluminense, as bases histórico-estruturais do coronelismo local são obrigadas a se

1 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Bolsista EIC do Programa de Estudos de America Latina e Caribe (PROEALC). Contato: tavaresleticiass@gmail.com
2 Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Bolsista EIC do Programa de Estudos de America Latina e Caribe (PROEALC). Contato: marciamuzi1@gmail.com
3Graduado em História pela UNESA (Licenciatura plena, 2013); graduando em Ciências Sociais pela UERJ: mestrando em Ciências Sociais pelo PPCIS-UERJ; Bolsista de Extensão do Programa de Estudos de America Latina e Caribe (PROEALC).Contato:tiagocrispimsalvador@gmail.com
4 Submetralhadora MP 40, de fabricação alemã, similar usadas por soldados nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Disponível em : http://suburbiosdorio.blogspot.com.br/2013/04/tenorio-capa-preta-e-lurdinha-historias.html Acesso em: 05/04/2018.

subordinarem às exigências de flexibilização do capital para se adequarem ao ethos burguês, pois o clientelismo não poderia tornar-se um empecilho ao "Progresso" industrial em tais territórios – a convivência de ambos ocorreu historicamente de maneira pacífica.

Assim como Tenório, várias personalidades políticas foram afastadas de seus cargos em 1964, pela intervenção militar, por serem de partidos de esquerda. E famosas famílias foram aparecendo no cenário político da Baixada Fluminense, entre eles a família Sessim, os Cozzolinos, simultaneamente à intensificação dos grupos de extermínio, que contavam com a participação de influentes personalidades políticas atuantes até os dias de hoje.

A atuação da "polícia mineira" ou "milícia" (grupos de extermínio), já era intensa na Baixada Fluminense nas décadas de 1960 e 1970, alcançando seu auge na década de 1980, que nos legou de herança políticos vinculados a estes grupos. É notório o fato de que tais grupos eram formados por policiais militares e policiais civis, além de muitos comerciantes locais. Nos anos 2000 a atuação de grupos herdeiros da "polícia mineira" se intensifica.

No ano de 2005 houve forte repressão por desvio de conduta nos batalhões da Baixada Fluminense; só no 15° Batalhão da Policia Militar, em Duque de Caxias, foram exonerados 60 agentes. O que gerou uma revolta pela linha dura adotada na troca de comando do batalhão. No dia 31 de março daquele ano 29 pessoas foram chacinadas entre Nova Iguaçu e Queimados. Em maio do mesmo ano 11 policiais foram acusados de participar da chacina pelo Ministério Público, porém não houve provas suficientes e todos foram soltos, apenas dois foram acusados de formação de quadrilha.

Em 2006 a Juíza Elizabeth Machado Louro da 4° vara criminal de Nova Iguaçu admitiu parcialmente a acusação contra 05 dos PMs, e em outubro de 2016 o PM Gilmar da Silva Simão é morto com 15 tiros no período no qual negociava uma delação premiada. Em novembro de 2006 Marcos Siqueira também sofreu um atentado, levando 8 facadas no peito. Carlos Jorge foi o único policial julgado e condenado pela chacina, com pena de 543 anos de prisão. Marcos Siqueira Costa e José Augusto Moreira Felipe, Fabiano Gonçalves Lopes e Júlio César Amaral de Paula ainda estão aguardando julgamento.

Vale mencionar a atuação em Queimados de um grupo intitulado "Caçadores de Ganso", que por meio de uma página no *Facebook* recebem denúncias sobre traficantes, usuários de drogas e assaltantes que atuam no munícipio, e executam os apontados como criminosos. Atuando no sentido do suposto justiçamento, propagandeado como "limpeza social".

Em 2012 na Operação Purificação 65 PMs foram presos, 02 deles por associação ao tráfico e formação de quadrilha. Um deles em 12 anos de carreira tem em seus registros 30 autos de resistência, e em todas as operações com sua presença não havia presos, apenas mortos; ele e dois outros PM's são ainda acusados de chefiar uma milícia no bairro Jardim Anhangá em Duque de Caxias, porém nunca foi condenado, e hoje é um político com grande influência em um dos municípios da Baixada Fluminense, onde chegou a cadeira de secretário de segurança pública do município.

No ano de 2012 o Parque Gericinó em Mesquita foi palco de mais uma chacina, 07 jovens foram assassinados, os suspeitos do crime são traficantes da região, que teriam confundido as vítimas com traficantes pertencentes a uma facção rival. Foram mortos também nesse dia próximo ao local onde estavam os 07 jovens o pastor Alexandro Lima e o policial militar Jorge Augusto de Souza Alves Júnior. Dos 20 acusados da autoria do crime apenas Eduardo de Souza Silva Júnior foi condenado pela morte do PM.

A chacina da Chatuba pode ser entendida teoricamente como um demarcador da mudança nas dinâmicas sociopolíticas e no *modus operandis* da gestão do território Fluminense; é relevante observamos que com a implantação das UPP's em algumas Favelas da capital do RJ, alterou-se a estruturação do tráfico no grande rio, transformando a gestão das localidades reproduzindo o exercício do poder através da "sociabilidade violenta". De acordo com Machado, ao analisarmos o período da implementação de políticas Públicas como as UPP's, é viável descrever que o enfrentamento da questão social através da militarização possibilitou como contrapartida um aumento dos embates por disputas territoriais entre as facções rivais – embates representados nas chacinas.

Nesse caso, a Chacina da Chatuba aciona mecanismos que mobilizam a disputa por controles territoriais, sendo assim, tanto as forças estatais quanto as ilegítimas inserem-se no cerne político da militarização dos

territórios e no controle dos corpos ali estabelecido; poder-se-ia dizer que aí reside o paradigma dessa Chacina, e o motivo da sua excepcionalidade.

Podemos observar que o caráter do desenvolvimento da não cidadania e a consolidação do Estado de exceção como princípio moral imposto aos indivíduos os iguala aos corpos dos ditos "extermináveis", configurando a negação do direito a participação civil na *polis*. Em uma lógica capitalista periférica, onde o arcaico tornou-se fruto do moderno, o corpo que não está ligado a estrutura fundiária da terra, ou não é capaz de tornar-se mercadoria, personifica a legitimação do direito à vida "indigna", tornando-se um sujeito cuja morte física ganha legitimidade e cumplicidade dos aparatos jurídicos.

É preciso historicizar os mecanismos de genocídio recorrentes na Baixada Fluminense, pois por mais que o fenômeno apareça a mídia e ao senso comum como algo que marca o século XX, há de levar-se em conta que a própria formação territorial da baixada Fluminense sempre foi rondada por esse espectro do coronelismo, em outrora na sua forma rural, e com a industrialização desses territórios, esse coronelismo se molda na forma do "coronelismo urbano", e configura-se uma continuidade da "barbárie", mas em um contexto histórico diferenciado.

O próprio sistema de sesmarias no Brasil colônia representava a desigualdade de classes subjacente nessa relação social, onde o colono tinha o monopólio das terras, e essa primeira forma de extermínio na Baixada foi contra os indígenas Jacutingas e mais tarde os quilombolas que habitavam as margens das áreas fluviais. O massacre dos excluídos do sistema colonial, assim como a estrutura do coronelismo rural se transfigura para o mundo urbano, a mesma roupagem traduz a descartabilidade desses sujeitos, que se torna sistêmica e permanece institucionalizada, apesar do paradoxo de estarmos em tempos democráticos.

O que reforça a percepção do caráter sistêmico desses genocídios, é que essas mortes têm um corte étnico – no caso as vítimas são majoritariamente jovens negros –, e de classe; principalmente no que se refere ao pobre que acaba tornando-se disfuncional ao sistema capitalista.

É importante mencionarmos a classificação sócio demográfica feita e alardeada pela mídia, tal recorte que suscitou o estigma a essa juventude, não só da Baixada, mas todos os jovens brasileiros que eram descartados do sistema produtivo com o rótulo de os "Nem- nem" conhecidos como "a geração perdida", o que acarreta na criminalização dessa juventude, e demonstra o caráter estrutural e institucional do extermínio; neste caso recorreu-se a morte social desse segmento da juventude, e esse estereótipo passou a ser difundido na maioria das instituições sociais, a escola por exemplo, sustentou essa argumentação por muito tempo.

De acordo com tais observações, é pertinente a recusa de análises funcionalistas que colocam a responsabilidade dessa anomalia em suposta falha institucional do Estado, tendo em vista que não há capitalismo sem o braço do estado, a própria apropriação reconfiguração do clientelismo na baixada Fluminense é a prova disso; em territórios onde o Estado não tem hegemonia, pois ali se exerce com mais clareza a ausência dos direitos civis, para manter o monopólio da força nesta área, terceiriza-se o poder do Estado nas mãos dessas figuras oligárquicas que regem a vida política dessas periferias há séculos. O que nos permite concluir que tal aliança fortalece essa instituição neste território.

Outra questão a ser elencada nesse artigo permeia a tensão e a disputa pelo uso da categoria adequada ao estudar essas Chacinas: Genocídio e/ou Massacre. É necessário problematizar os interesses políticos acerca desses termos. É importante questionarmos tanto o uso histórico desses conceitos, os atores sociais que legitimam esses discursos quanto os sujeitos afetados social e politicamente por essas classificações, e observarmos que apesar da criminalização dessas chacinas pela criminologia isso não quebra a cultura política desses assassinatos nas periferias.
Zaffaroni enfatiza o crime de genocídio como criação do século XX, principalmente no pós-Guerra, fruto das conferencias Internacionais da ONU que estavam preocupadas em tipificar essa problemática social. De acordo com esse autor, pode-se entender que essa leitura criminológica do direito penal homogeniza nesse primeiro momento a classificação do que viria ou não a ser classificado como Genocídio. É importante enfatizar a hegemonia do Direito Penal nessa formulação, o Direito passa a obter o monopólio dessa retórica, excluindo desse vocabulário jurídico outras questões de caráter singular dentro de outros contextos sociais, omitindo fatos culturais e políticos de outras realidades sociais.

De acordo com o historiador e cientista social francês Jacques Semelin, é necessário estudar as condições sociais em que ocorrem os Genocídios. Apesar de partir de pressuposto similar ao de Zaffaroni (ambos veem o caráter arbitrário que o termo Genocídio carrega), Semelin propõe o uso do termo Massacre para classificar essas chacinas, pois este é um conceito mais abrangente, que explicita com relevância as determinantes sociais que permitem que tais mortes sejam praticadas de forma estrutural, de maneira sistemática e organizada, muitas das vezes tendo a condescendência ou o protagonismo dos próprios agentes estatais. O nível de tolerância que o Estado assume diante dessa "barbárie" mostra a desresponsabilização institucional por essas chacinas; e a pouca significância social da vida desses jovens exterminados se expressa no descaso do poder judiciário a respeito desses fatos, promovendo e consolidando a desigualdade do direito à vida desses indivíduos.

É possível observar a forma arbitrária do uso da categoria "genocídio", quando constatamos a individualização técnica dos "autos de resistência", esses assassinatos cometidos pela polícia com o aval legitimador do Estado, que instrumentaliza e estrutura essa chacina de forma coletiva contra os jovens estigmatizados como traficantes, mas que ao mesmo tempo omite-se dessa responsabilidade quando tecnicamente o poder judiciário tipifica essas ocorrências de forma singularizada, individualizando tal ocorrência. Perde-se, portanto, a oportunidade de enquadrar esses massacres como crime de Genocídio, já que seu critério político exclui as circunstâncias sociais de tal classificação.

Em um primeiro momento, na genealogia dos crimes formulados tecnicamente como Genocídios, o campo do Direito criminal centraliza essa discussão, tornando-se hegemônico nessa problemática. *A posteriori,* houve uma disputa – ainda em curso – em torno desse termo, principalmente nos campos das ciências sociais, onde em sua maioria, os autores tem optado pela perspectiva de Semelin, que indica que o uso da expressão "massacre" torna possível a inserção nesta classificação de outras chacinas que cotidianamente podem ser negligenciadas quando recorre-se ao conceito de genocídio.

Referências

Em 2005, Baixada registrou a maior chacina da História do estado Site: https://oglobo.globo.com/rio/em-2005-baixada-registrou-maior-chacina-da-historia-do-estado-6044287#ixzz5AuEQ0E5r Acesso:20/03/2018

Grupo de extermínio de Queimados recebe solicitação de 'serviços' pela internet Site: https://extra.globo.com/casos-de-policia/grupo-de-exterminio-de-queimados-recebe-solicitacao-de-servicos-pela-internet-21975409.html Acesso: 20/03/2018

Policiais presos em Caxias usavam telefones registro Site: https://oglobo.globo.com/rio/policiais-presos-em-caxias-usavam-telefones-sem-registro-6963310 Acesso:20/03/2018

ALVES, J.C.S. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense.** APPH-Clio, Duque de Caxias. 2003.
SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano.** Soc. estado. [online]. 2004, vol.19, n.1, pp.53-84.
Zaffaroni, Eugenio Raúl, 1940- **A questão criminal**/ Eugenio Raúl Zaffaroni; tradução Sérgio Lamarão. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Revan, 2013.

Agenda Acadêmica

XIV Coloquio Internacional sobre Políticas Sociales Sectoriales:

Data: 23/08/2018 até 24/08/2018
Local: Universidad Autónoma de Nuevo León, México
Link: http://www.ts.ucr.ac.cr/2018-cong-05.pdf

Lo Coloquio "Nuevos contextos de la Migración, retos para el Trabajo Social" que se realizará los días 23 y 24 de agosto de 2018, en el Auditorio de la Biblioteca Universitaria "Raúl Rangel Frías" y en las instalaciones de la Facultad de Trabajo Social y Desarrollo Humano de la Universidad Autónoma de Nuevo León. Convocan a todos los investigadores, docentes, profesionales y estudiantes interesados en temas de políticas sociales y la construcción del bienestar social a que sometan ponencias.

Deberán enviar un resumen de un máximo de 300 palabras antes del 16 de Abril de 2018

XXII Seminario Latinoamericano de Escuelas Trabajo Social:

Proyecciones profesionales, académicas y de investigación para el Trabajo Social en América Latina y el Caribe ante los desafíos de crisis mundial.

Data: 24/09/2018 até 28/09/2018
Local: Universidad Nacional de Colombia, Bogotá.
Link: http://www.ts.ucr.ac.cr/int/2018-cong-01.pdf

La Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), propone articular la enseñanza e investigación, congregando profesores, investigadores y estudiantes de Trabajo Social a nivel continental. Tiene por finalidad proponer lineamientos académicos que tengan incidencia en la formación profesional, en la producción del conocimiento y en el fortalecimiento de las luchas sociales en América Latina y el Caribe. Desde 1965 desarrolla los Seminarios latinoamericanos en diversos países de la región, los cuales se constituyen en el espacio histórico para el debate e intercambio académico de docentes, profesionales y estudiantes de trabajo social, así mismo para valorar los avances y problemas de la profesión e identificar nuevos desafíos y oportunidades respecto a los lineamientos político-académicos que propone la organización.

Prazo de submissão de artigo: 01/04/2018

Lançamentos

De Oliveira, Francisco. Brasil: Uma biografia não autorizada. Boitempo Editorial, São Paulo, 2018.

Sinopse:

O país do futuro não se realizou. Eis o tema da antologia Brasil: uma biografia não autorizada, na qual o leitor encontrará uma síntese da produção intelectual mais recente de Francisco de Oliveira, que analisa o Brasil em suas particularidades e contradições. Entre outros escritos do autor, o livro inclui um longo ensaio histórico sobre a formação do país e o artigo em que se deu a gênese do conceito de “hegemonia às avessas” para tratar do momento político iniciado na fase lulista. A obra reconstitui o itinerário de um sociólogo e economista que produziu uma obra indissociável da realidade social que viveu e se dispôs a desvendar e a transformar.

Florestan Fernandes, Antônio David (Org). O Brasil de Florestan. Coleções: Pensadores do Brasil. Editora Autêntica, São Paulo, 2018.

Sinopse:

Organizado pelo doutor em filosofia Antônio David, este livro reúne artigos e resenhas de difícil acesso escritos por Florestan Fernandes entre 1943 e 1991. Incluindo dois manuscritos inéditos, os textos desta coletânea têm como fio condutor a preocupação do autor de oferecer um quadro interpretativo do Brasil.

Do sociólogo ao socialista, seria fácil ver uma ruptura no pensamento de Florestan Fernandes. Mas o que aqui se comprova é que as continuidades são também muito fortes. Na época em que Florestan liderou a institucionalização da Sociologia no Brasil, suas escolhas repousaram sobre os deserdados da terra, os indígenas, os negros, as crianças e a cultura popular. O Brasil de Florestan revela ainda uma tensão entre ciência e engajamento político. Os textos aqui tão bem selecionados transitam da crítica dos intérpretes do Brasil à realidade crua das malocas, aldeias, vilas e favelas. Não lhe faltam a revolta e a identificação com o sofrimento humano. Como certa vez disse Antonio Candido, o marxismo foi como um rio subterrâneo na obra de Florestan; sempre esteve lá, antes de aflorar e nos revelar o publicista revolucionário dos capítulos finais deste livro. (Lincoln Secco, professor de História Contemporânea da USP).

MARX, Karl - Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro. Trad. Nélio Schneider. Boitempo. 2018.

Sinopse:

O 24º título da coleção Marx-Engels traz a tese doutoral de Marx, apresentada pelo autor à Universidade de Jena em 1841. Um Marx como você nunca viu: na direção oposta da cristalização histórica de sua imagem como teórico e militante da revolução comunista, o filósofo alemão busca tirar as consequências da ciência da natureza para pensar as condições da liberdade humana. A obra foi traduzida por Nélio Schneider e traz ilustração de capa de Gilberto Maringoni.

Expediente

Reitor
Prof. Ruy Garcia Marques
Vice-reitora
Profª Georgina Muniz
Sub-reitora de Graduação
Profª Tania Maria de Castro Carvalho Netto
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Egberto Gaspar de Moura
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Elaine Ferreira Torres
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Domenico Mandarino
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire

Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Dra. Larissa Costa Murad
Coordenação de Produção
Dra. Larissa Costa Murad
Arthur Montilho Araujo Batalha
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Lorhany Gomes (ISERJ/FAETEC)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.